

Para cumprir até 2006

# Governo dá a mão às famílias

No plano concreto, ou num âmbito mais utópico, o Governo decidiu alencar as medidas que podem propiciar uma maior qualidade de vida às famílias em Portugal

por Patrícia Henriques

**S**ão cem as medidas que o Governo apresentou para apoiar a instituição familiar, num compromisso para cumprir até 2006. Algumas destas medidas situam-se no plano concreto e são de aplicação imediata. Porém, são em maior número as medidas que se limitam a esboçar ideias e que o Governo ainda não esclareceu como é que as vai efectivar.

Entre os objectivos anunciados, destaca-se a redução dos custos dos manuais escolares e a possibilidade da sua reutilização, o incentivo e apoio a famílias que mantenham os idosos em casa, e a prioridade a dar às crianças de pais que trabalhem no acesso às creches da rede pública. Possibilitar o trabalho a tempo parcial na função pública, e incentivá-lo na economia privada, é outra das medidas que visa libertar os pais para terem mais tempo para a sua família. Ainda no plano concreto pretende-se introduzir a reforma parcial. Entre as medidas que estão por concretizar, o Governo pretende apoiar projectos locais que desenvolvam actividades e prestem serviço de apoio a crianças e a pessoas idosas.

## Fora do pacote

De fora destes compromissos ficam as medidas de âmbito fiscal. A reivindicação vinha sendo feita há algum tempo pela Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN), que participou na elab-

oração do pacote de medidas agora apresentadas pelo executivo. «Não queremos benefícios fiscais, mas apenas que nos “tirem o pé de cima”», afirma Fernando Ribeiro e Castro, presidente da associação, para quem a actual política fiscal do Governo acaba por contrariar o que foi aprovado nestes princípios. «Acaba-se por premiar os casais separados, que podem deduzir até 8.100 euros por cada filho no IRS, e que pagam anualmente menos imposto, enquanto os restantes pais não o podem fazer», explica com base num estudo recentemente divulgado pela Deloitte. Este pai de uma família com 13 filhos refere ainda a questão do IVA aplicado a alguns dos artigos para crianças. «Porque razão as fraldas para bebés pagam IVA à taxa de 19 por cento, quando as fraldas para incontinentes pagam taxa reduzida? Ou porque é que a comida para bebés paga IVA a 19 por cento, quando a taxa aplicada à restauração é de 12 por cento?», interroga Fernando Ribeiro e Castro.

Para o recém eleito presidente da Confederação Europeia das Famílias Numerosas, uma das medidas mais importantes do pacote agora anunciado prende-se com a liberdade de opção educativa. A ideia defendida pela APFN ia um pouco mais longe do que a medida apresentada pelo Governo. «O Estado deveria entregar aos pais um cheque no valor da quantia gasta no ensino estatal. Caberia aos pais



## Sete das cem medidas para a Família

- Redução do custo dos manuais escolares
- Introdução da tarifa familiar de água e do bilhete de família nos museus
- Apoio às famílias que mantenham os idosos em casa
- Possibilidade de reforma parcial
- Incentivar o trabalho a tempo parcial
- Prioridade às crianças no acesso às creches nos casos em que os pais estejam a trabalhar

Para mais informações consultar o site [www.familia.gov.pt](http://www.familia.gov.pt)

matricular os filhos na escola que entendessem, pública ou privada, pagando ou recebendo a diferença», explica. Este sistema está a em vigor em Inglaterra e na região italiana da Lombardia.

Outra das medidas apresentadas pelo Governo, e que a APFN aplaude, diz respeito à introdução da tarifa familiar da água. «O que se pretende é que as famílias não sejam penalizadas, uma vez que o custo da água é agravado em função da dimensão do agregado familiar», observa Fernando Ribeiro e Castro. Esta ideia,

## Discurso directo

**F**ernando Ribeiro e Castro, 52 anos e presidente da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN), conta-nos como é criar 13 filhos, num país onde a política não ajuda «à constituição formal da família» nem à «educação» das crianças.

### Como é ser pai de 13 filhos?

Foi o motivo que me levou a dedicar uma grande parte do meu tempo à APFN e a lutar contra o actual estado da situação familiar em Portugal. Ser pai de 13 filhos levou-me a mandar a carreira profissional «às urtigas», porque ser engenheiro naval realizava-me profissionalmente mas não chegava para alimentar a família. A partir do décimo filho, a minha mulher, até então professora, largou o emprego para ser gestora doméstica a “full time”.

### Quanto custa criar uma criança em Portugal?

Respondo-lhe com aquilo que o Estado pensa ser o custo de uma criança. Se um casal decidir acolher um miúdo desfavorecido, o Estado atribui um subsídio de 350 euros por mês. Entretanto, afeiçoase à criança e decide adoptá-la, logo perde o direito aos 350 euros e à possibili-

dade de os deduzir no IRS. Mais, o Estado acha que uma criança de pais separados já custa 140 euros por mês, pois este é o limite que pode ser deduzido em IRS. A APFN defende que cada pessoa tem o direito de gastar, pelo menos, meio salário mínimo (pouco mais de 180 euros) em

despesas inerentes da vida corrente. Ou seja, um casal deveria deduzir no rendimento tributado 14 vezes meio salário mínimo por cada filho. Mas o Governo rasgou a folha onde estava esta medida de apoio à família e nem sequer admite estudar esta situação.

defendida há algum tempo pela associação, já está em vigor nos Municípios de Sintra e Coimbra.

A redução do preço dos manuais escolares é uma reivindicação antiga de todos os pais. «Há que acabar de vez com o negócio da indústria educativa», comenta o presidente da APFN. Há também que alargar o prazo para a mudança de manuais, actualmente fixado em quatro anos. «As grandes questões tratadas nos manuais não se alteram só porque houve um 11 de Setembro», desabafa Fernando Castro. A extensão das edições, de resto,

muito luxuosas, é outra crítica apontada por este responsável.

### As contas da família Pinto

Os livros escolares são por certo uma das dispendiosas despesas que a família Pinto também efectua todos os anos. Estela Pinto, de 34 anos e designer por conta própria explica que as despesas mensais da família são muitas e que «até tem dificuldades em fazer as contas!». Os rapazes, de 11 e oito anos, frequentam a escola pública, e por isso não pagam mensalidades. Porém, têm de ocupar os seus tempos

livres, o que soma para a família Pinto uma despesa superior a 275 euros por mês, mais cem euros referentes à mensalidade da natação. De acordo com Estela Pinto, a maior fatia do orçamento familiar vai pagar a prestação do empréstimo para a compra de casa ao banco, mais de 600 euros mensais. Desembolsa ainda 300 euros para a empregada que faz as limpezas em casa e soma a todos estes gastos a conta do cartão de crédito e do combustível, já que a família vive em Carcavelos e desloca-se para Lisboa todos os dias em automóvel particular. \*

